Na última segunda feira, 10/12, se comemorou o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data foi instituída em 1950, dois anos após a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos – que completou 70 anos esse ano – como documento que regula as relações entre as pessoas e o Estado. O objetivo dessa data é, para além de comemorar, enfatizar e fortalecer a importância da efetivação dos preceitos que essa declaração traz.

A Declaração que deu origem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos foi criada em 1948, após duas guerras mundiais alertarem para a importância da proteção de direitos fundamentais inalienáveis. Afirma a importância de se garantir uma vida digna para todas as pessoas, viabilizando o acesso à educação, saúde, cultura, informação, alimentação e moradia adequada, garantindo liberdade e respeito à pessoa humana. Além disso, declara que os direitos humanos são universais e independem de cor, raça, credo, orientação política, sexual ou religiosa. Portanto, desconsidera-se declarações como “direitos humanos para humanos direitos

No Brasil, constata-se a preocupante percepção, por grande parte da população, de que os direitos humanos protegem mais os criminosos do que as vítimas. Esse fato é consequência da ineficácia de políticas públicas adotadas pelos países, da efetivação precária dos direitos fundamentais. É preciso, então, desmistificar essa ideia, ressaltando que o oferecimento de direitos humanos é mais que dever ou propriamente um direito: tem alcance efetivo contra as maiores problemáticas existentes no país. que o estado, as instituições, as famílias e todos os cidadãos têm com a promoção da igualdade de acesso a direitos fundamentais.